



Diário Oficial

Edição Extra nº 1895 – 820

Quarta-feira, 06 de setembro de 2023

Município de São Jerônimo

Sumário:

Seção 01 - ATOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO – Pág. 02.

Seção 02 - ATOS OFICIAIS DO PODER LEGISLATIVO – Sem publicação.

Seção 03 - PUBLICIDADE DE CARÁTER INFORMATIVO/EDUCACIONAL – Sem publicação.



Diário Oficial Eletrônico

WWW.SAOJERONIMO.RS.GOV.BR

Atos Oficiais do Município de São Jerônimo/RS

Imprensa Oficial do Município de São Jerônimo

Lei Municipal nº 3.390 de 02 de setembro de 2015

Evandro Agiz Heberle
Prefeito Municipal

Fábio Medeiros de Freitas
Secretário de Infraestrutura e Administração

Fábio Medeiros de Freitas
Responsável Edição/Publicação

Local/Administração/Redação/Impressão

Rua: Cel. Soares de Carvalho, 558
Centro - São Jerônimo/RS

Telefone:
Recepção (51) 3651-1744

E-mail: domsj@saojeronimo.rs.gov.br



Certificado Digital acesso
<https://www.saojeronimo.rs.gov.br/diario-oficial>



SEÇÃO I – PODER EXECUTIVO

DECRETO No 5358 /2023

Declara situação de Anormalidade nas áreas urbanas do Município de São Jerônimo: Bairro São Francisco, Cidade Baixa, parte do Centro nas ruas Rio Branco, Coronel Bento Martins, Marechal Floriano, Hélio Martins, Bairro Princesa Isabel, Bairro Lindos Aires, Rua Flores da Cunha foram afetados por INUNDAÇÃO, COBRADE 1.2.1.0.0 conforme Portaria 260/2022- MDR

O Senhor EVANDRO AGIZ HEBERLE prefeito municipal do município de São Jerônimo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo inciso VII do artigo 7º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012.

CONSIDERANDO:

I – Que, fortes precipitações pluviométricas atingiram o município no último 02 de setembro, as 7 horas da manhã até as 16 horas do dia 04 de setembro de 2023, acarretando em uma grande inundação, atingindo grande parte da zona urbana e com possibilidade de evolução;

II- Que, o município disponibilizou todo o aparato disponível para minimizar os efeitos bem como para assistência dos afetados;

III- –que, em consequência deste desastre, resultaram os danos humanos ambientais e os prejuízos econômicos e sociais descritos, bem como aqueles constantes no Requerimento/FIDE em anexo;

IV- - que, concorrem como agravantes da situação de anormalidade nos últimos anos e a pandemia de COVID-19 que;

V- Que, o parecer da Coordenaria Municipal de Proteção e Defesa Civil, relatando a ocorrência desse desastre é favorável a decretação de emergência.

VI- Em conformidade com o que estabelece a Portaria nº 260, de 02 de fevereiro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional, em seu art. 5º, o desastre está classificado como sendo de nível II.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada situação de emergência em virtude do desastre classificado e codificado como INUNDAÇÃO- COBRADE 1.2.1.0.0

conforme Portaria nº 260, de 02 de fevereiro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Parágrafo Único- A situação de anormalidade é válida para as áreas comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme o contido no Requerimento/FIDE anexo a este Decreto.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadora de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos Incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – Usar de propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo



máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos. Acerca de causas e consequências de eventos adversos registramos interpretação do TCU, que firmou entendimento, por meio da Decisão Plenária 347/1994, “de que as dispensas de licitação com base em situação adversa dada como emergência ou de calamidade Pública somente são admissíveis caso não se tenha originado total ou parcialmente da falta de planejamento da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, desde que possam, em alguma medida serem atribuídas à culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação”.

Art. 7º. De acordo com a Lei nº 10.878, de 08.06.2004, regulamentada pelo Decreto Federal no 5.113, 22 de junho de 2004, que beneficia as pessoas em municípios atingidos por desastres e, cumpridos os requisitos autoriza a movimentação da sua conta vinculada ao FGTS. Tal benefício ocorrerá somente se o município decretar situação de emergência e se obtiver o reconhecimento federal daquela situação. E mais: O Ato Federal de Reconhecimento avalia a situação de emergência do município – e não do município – e visa socorrer o Ente Federado que teve sua capacidade de resposta comprometida e somente em casos específicos e indiretamente, estenderá esse alcance e socorro ao cidadão. Por fim, o que é reconhecido é a situação de emergência do poder público e não a necessidade do cidadão. Afinal, se a situação de emergência do poder público é inexistente, qualquer que seja o motivo do pedido, o seu reconhecimento será ilegal.

Art. 8º. De acordo com o artigo 13, do Decreto nº 84.685, de 06.05.1980 que possibilita alterar o cumprimento de obrigações, reduzindo inclusive o pagamento devido do imposto sobre o a Propriedade Rural- ITR, por pessoas físicas ou jurídicas atingidas por desastres, comprovadamente situadas na área afetada

Art.9º. De acordo com o artigo 167§ 3º da CF/88, é admitida ao Poder Público em SE ou ECP a abertura de crédito extraordinária para atender as despesas imprevisíveis e urgentes;

Art. 10º. De acordo com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, ao estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, permite abrandamento de prazos ou de limites por ela fixados, conforme art. 65, se reconhecida a SE ou o ECP;

Art.11º- De acordo com o art. 4º, § 3º, inciso I DA Resolução 369, de 28 de março de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que dispõe sobre os casos excepcionais, tem – se uma exceção para a solicitação de autorização de licenciamento ambiental em áreas de APP, nos casos de atividade de Defesa Civil, de caráter emergencial;

Art. 12º- De acordo com o art. 61, inciso II, alínea “j” do Decreto Lei 2.848, de 07 de dezembro de crime em ocasião de inundação ou qualquer calamidade;

Art. 13º- De acordo com a legislação vigente o reconhecimento Federal permite, ainda alterar prazos processuais (artigos 218 e 222, do Novo Código de Processo Civil- Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), dentre outros benefícios que poderão ser requeridos judicialmente.

Art. 14º- Este Decreto tem validade por 180 (cento e oitenta) dias e entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito, 06 de Setembro de 2023.

EVANDRO AGIZ HEBERLE
Prefeito Municipal
São Jerônimo/RS

HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2023
Proc. Adm. 356/2023

[Pregão Online Banrisul \(www.pregaobanrisul.com.br\)](http://www.pregaobanrisul.com.br/) /
www.saojeronimo.rs.gov.br

OBJETO: fornecimento de material e instalação de portas de enrolar automatizadas para o Ginásio Municipal de Esportes, conforme especificações descritas no anexo I do edital.

Diante do que dispõe o artigo 4º, inciso XXII da Lei Federal nº 10.520/2002, artigo 6º do Decreto Municipal nº 4.522/2014 e o Edital, bem como, os termos do parecer da Procuradoria do Município, HOMOLOGO a classificação final e ADJUDICO o objeto do presente certame, a empresa, conforme segue:

Empresa Vencedora: **STEELCON ENGENHARIA LTDA.**
CNPJ: 37.918.458/0001-34

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	TOTAL UNITÁRIO
01	Fornecimento e instalação de PORTA DE ENROLAR AUTOMATIZADA, MEDINDO 4,75 x 4,50 METROS (vão livre), com retirada da porta existente no local. Especificações do item a ser adquirido: -Perfil chapa 22 galvanizada, meia cana fechada 0.80mm de espessura. -Motor 220V com capacidade de acionamento para no mínimo 500kg, homologado pelo INMETRO e certificação ISO 9001:2000, compatível a estrutura a ser instalada. -Batente soleira dupla reforçada nas dimensões de 40x60mm, com acabamento em borracha. -Kit central com dois controles	Unid.	02	R\$ 11.000,00	R\$ 22.000,00



Diário Oficial do Município de São Jerônimo

Quarta-feira, 06 de setembro de 2023

Edição Extra nº 1895 – 820

	remotos. -Travamento elétrico no motor, dispensando fechaduras auxiliares. -Em caso de falha no fornecimento de energia, possibilidade de acionamento manual. -Pintura eletrostática (tipo prime) cor a ser definida pelo fiscal do contrato.				
02	Fornecimento e instalação de PORTA DE ENROLAR AUTOMATIZADA MEDINDO 4,65 x 2,35 METROS (vão livre), com retirada da porta existente no local. Especificações do item a ser adquirido: -Perfil chapa 22 galvanizada, meia cana fechada 0.80mm de espessura. -Motor 220V com capacidade de acionamento para no mínimo 300kg, homologado pelo INMETRO e certificação ISO 9001:2000, compatível a estrutura a ser instalada. -Batente soleira dupla reforçada nas dimensões de 40x60mm, com acabamento em borracha. -Kit central com dois controles remotos. -Travamento elétrico no motor, dispensando fechaduras auxiliares. -Em caso de falha no fornecimento de energia, possibilidade de acionamento manual. -Pintura eletrostática (tipo prime) cor a ser definida pelo fiscal do contrato.	Unid.	02	R\$ 7.800,00	R\$ 15.600,00
				VALOR TOTAL	R\$ 37.600,00

São Jerônimo, 06 de setembro de 2023.

Alessandra Streb Soares Azzi de Araújo
Secretaria de Governo